

EDUCAÇÃO FÍSICA BRAZYLEIRA: RESSIGNIFICANDO A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO/PELO CORPX

BRAZILIAN PHYSICAL EDUCATION: REFRAMING THE HISTORY OF EDUCATION OF/BY CORPX

Paulo César Souza Garcia¹

Rafael Santiago Souza²

RESUMO

O artigo problematiza engendramentos coloniais que marcaram hegemonicamente a construção cis heteronormativa do Brazil. (Re)conta a história da Educação do/pelo corpx enfatizando as políticas de identidades que naturalizaram o binarismo de gênero e da orientação sexual, pela via da biologização. Através de uma reconstrução narrativa da história da Educação Física pelo viés dos estudos *queer*, refletimos sobre os enraizamentos biopolíticos do sistema sexo-gênero-sexualidade binário que negam a diversidade cultural de nosso povo, excluindo as pessoas LGBTQIA+ dos contextos de resistências aos processos de escravizações e genocídios acontecidos neste território. Ressignificar os mitos civilizatórios hegemonicamente reproduzidos até os dias atuais contribuirá nos enfrentamentos e na superação das ignorâncias e ranços que seguem subalternizando corpxs e marginalizando identidades dissidentes, assim como segregando as práticas corporais em “coisas de meninos/homens e coisas de meninas/mulheres”.

Palavras-chave: Educação Física; História; Corpo; Queer.

114

¹ Professor Licenciado em Letras Vernáculas - Universidade Católica do Salvador. Mestre em Teoria da Literatura - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutor em Literatura - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realizou estágio Pós-doutoral no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade - Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor Titular Pleno da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), atua no curso de licenciatura em Letras e no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural do Departamento de Linguística, Literatura e Artes | Dellartes - UNEB Campus II. E-mail: pgarcia@uneb.br.

² Professx Licenciado em Educação Física pela UNEB II. Mestre em Crítica Cultural pelo Pós-Crítica UNEB II. Pós-graduando em Gênero, Raça/etnia e Sexualidade na Formação de Educadoras/es pela UNEAD. Professx da Educação básica no município de Dias D'Ávila/BA. Vinculado ao grupo de pesquisa Língua(gem) e Crítica Cultural. E-mail: mestradoraafaelsantiago@gmail.com.

ABSTRACT

The article discusses colonial engenderings that hegemonically marked the cis heteronormative construction of Brazil. (Re)tells the history of Education of/by the corp(x), emphasizing the identity policies that naturalized the binarism of gender and sexual orientation, through biologization. Through a narrative reconstruction of the history of Physical Education through the bias of queer studies, we reflect on the biopolitical roots of the sex-gender-sexuality binary system that deny the cultural diversity of our people, excluding LGBTQIA+ people from contexts of resistance to enslavement processes and genocides that took place in this territory. Re-signifying the civilizational myths hegemonically reproduced up to the present day will contribute to confronting and overcoming the ignorance and staleness that continue to subordinate bodies and marginalize dissident identities, as well as segregating bodily practices into “things for boys/men and things for girls/women”.

Keywords: Physical Education; History; Body; Queer.

INTRODUÇÃO

O texto problematiza engendramentos coloniais que fundaram e concretizaram a construção cis heteronormativa da sociedade brasileira³, marcando hegemonicamente o sistema⁴ sexo-gênero-sexualidade binário como única forma de existência possível e aceita no(s) modelo(s) de produção escravista/feudalista/capitalista. Para isso, faz-se necessário (re)contar a história da Educação do/pelo corp(x)⁵ enfatizando as políticas de identidades que naturalizaram o binarismo de gênero e da orientação sexual, inicialmente através das justificativas religiosas/cristãs/bíblicas e posteriormente da biologização corporal introduzida pelas concepções médicas-biológicas que foram/são (re)produzidas pela ciência positivista.

Através de uma reconstrução narrativa da história da Educação Física pelo viés dos estudos *queer*, refletimos sobre os enraizamentos racistas, sexistas, machistas, patriarcais e

³ Maneira/escolha político-ideológica decolonial de referir-se ao Brasil. “[...] Nomeia-se Brazil o modo imperialista neoliberal que governa todo o território, os corpos, as políticas e os modos de vida desde o golpe de 2016, sofisticando-se opressões exercitadas no anterior Golpe de 1964” (CARVALHO, 2021).

⁴ Sistema-mundo colonial, pautado na cisnormatividade e na hierarquização dos sujeitos binários como fator fundamental para estruturação das relações sociais capitalistas (VERGUEIRO, 2015).

⁵ Em algumas passagens do texto a escrita é marcada com X para remeter aos corp(x)s não-binários e/ou linguagem neutra. Substituir A e O por X desmistifica binarismos sobre identidades sexuais e de gêneros, afirmando a existência das dissidências e o orgulho de ser diferente.

classistas que negam a riqueza proveniente da diversidade cultural de nossos povos, excluindo as pessoas LGBTQIA+ dos contextos de resistência aos processos de escravizações e genocídios acontecidos nesse território. Ressignificar os mitos civilizatórios hegemonicamente reproduzidos até a contemporaneidade, contribuirá no fortalecimento de ideias desconstrutivas/desnaturalizantes/descolonizadoras e nos enfrentamentos cotidianos que buscam a superação das ignorâncias e ranços que seguem subalternizando corpxs e marginalizando identidades dissidentes.

Com base nas ideias que Louro (2008) propõe de estarmos sempre realizando indagações, problematizações e consequentemente possibilitando reflexões e compreensões mais rebuscadas sobre a realidade, perguntamos: Como enfrentar a (im)posição da masculinidade tóxica e compulsória diante da potencialização das violências sobre corpxs que fogem dos padrões cis heteronormativos? É possível desestabilizar e/ou desmontar os discursos binários que garantem a estruturação do sistema através das desigualdades e opressões que ditam “verdades absolutas” sob a tríade sexo-gênero-sexualidade? Por que a segregação dos corpos (masculinos x femininos) naturalizada pela categoria do “sexo biológico” segue contribuindo para afirmação da cis heteronormatividade e silenciando/apagando a existência dxs LGBTQIA+?

Com essa produção propomos o atravessamento das bases ontológicas e epistemológicas da Educação Física pelo viés dos estudos *queer*, forjando diversas maneiras de enxergar corpxs para além dos binarismos rígidos que negam as diferenças e colocam xs LGBTQIA+ na condição de desvio e abjeção. Levantamos questionamentos sobre a biopolítica do saber-poder disciplinar, de vigilância e controle (FOUCAULT, 1979, 1987 e 1988) exercidos nas estratégias de dominação que os colonizadores europeus utilizaram para garantir a exploração/escravização dos povos originários e trazidos de África. Desta forma, compreendemos que os diversos corpxs colonizados foram proibidos de acessarem e conhecerem os variados elementos que estão envolvidos na Cultura Corporal⁶, assim como

⁶ Objeto de estudo da Educação Física que agrega as seguintes práticas corporais: jogos, brincadeiras, esportes, ginásticas, lutas, danças e a capoeira (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

foram interditados de experimentarem as subjetividades e impedidos de performarem (BUTLER, 2003 e 2019) suas “verdadeiras identidades”.

A relevância do estudo encontra-se na atribuição de *Críticas Culturais*⁷ aos engendramentos que marcam hegemonicamente a segregação das práticas corporais em “coisas de meninos/homens e de meninas/mulheres” e a tradição conservadora que segue enraizada na área de conhecimento Educação Física. Reapresentando temáticas sobre reparação histórica, direitos, respeito, inclusão, representatividade, identidade e diversidade almejamos contribuir com o desenvolvimento e ressignificação dessa ciência. Tratando das questões que giram em torno de desnormalizações e desaprisionamentos de corpys, escancaramos “os armários”⁸ e entramos sem pedir licença aos espaços antes negados, mostrando as possibilidades de todys tornarem-se tanto Professorxs de Educação Física, quanto atletys, técnicys, treinadorxs, dirigenty e árbitrys, sejam elys nas categorias amadoras e/ou profissionais.

1. DESMASCARANDO OS MITOS CIVILIZATÓRIOS – UMA RELEITURA DA HISTÓRIA DO BRAZYL

117

Reconhecendo que a narrativa construída como história oficial do Brazyl é contada na interpretação dos colonizadores enquanto um acontecimento aleatório e/ou achamento, apresentamos esse artigo na intenção de contribuir com a desconstrução dos mitos civilizatórios disseminados desde 1500 até a contemporaneidade. O episódio de fundação do

⁷ “[...] É um amplo campo de estudos que usa diferentes tradições teóricas na análise e crítica das formações culturais. Dado que a cultura é sempre histórica e contextualmente determinada, cada era tem que desenvolver o seu próprio método de análise cultural de modo a ser possível responder à inovação tecnológica, às novas formações económicas, aos novos modos de organização social, e às novas formas de opressão, exploração e subjugação”. Disponível em <<https://knoow.net/ciencsocioishuman/filosofia/critica-cultural/#:~:text=A%20cr%C3%ADtica%20cultural%20%C3%A9%20um,e%20cr%C3%ADtica%20das%20forma%C3%A7%C3%B5es%20culturais.>>. Acesso: 25/01/2023.

⁸ A reflexão do “armário” aponta para o dispositivo regulador de corpys e a construção da narrativa “sair do armário” revela até que ponto os discursos disciplinares refletem o ato de identificar-se fora da cis heteronormatividade ao assumir uma identidade dissidente (SEDGWICK, 2007).

nosso país, intitulado pelos europeus de descobrimento, é uma cena perversa constituída pela invasão de um território que já era habitado por comunidades Indígenas.

O mito do descobrimento é afirmado até os dias atuais garantindo o apagamento dos costumes socioculturais delineados pelas etnias que habitavam o território antes da invasão. A partir da disseminação de preconceitos variadas formas de experimentações das subjetividades foram disciplinadas, assim como foram silenciadas as possibilidades performáticas de gêneros e sexualidades diversas, engendrando binarismos rígidos e outras normatividades compulsórias para conseguirem estruturar os processos de dominação e exploração da população. Portanto, (re)contar episódios referentes à história da Educação do/pelo corpx faz-se necessário, mostrando que a dita história oficial tenta esconder as tentativas de extermínios das múltiplas práticas e costumes tradicionais.

Sendo assim, no primeiro momento apontamos elementos que mostram como os povos originários da terra reconheciam e respeitavam a diversidade de corpxs, assim como todas as formas de relacionamentos afetivos. E seguimos traçando *Críticas Culturais* às ideias excludentes e escravocratas que estruturaram a formação da sociedade brasileira, como os binarismos marcados na tríade sexo-gênero-sexualidade mostram-se essenciais para a categorização de sujeitos nas práticas corporais (coisas de meninos/homens e coisas de meninas/mulheres) e a influência dessas segregações atreladas a outros marcadores de desigualdades, imbricados no desenvolvimento da Educação Física enquanto área de conhecimento.

1.1. O batismo da terra sem pecado

“Nosso povo já passou pela colonização. Essa homofobia, esse machismo foi herança dessa colonização”. (Tupinikim Danilo)

Pautados no discurso do progresso, destinados a conquistarem novas terras e perpetuarem “verdades absolutas” consolidando processos civilizatórios, colonizadores cruzaram oceanos para invadir um vasto território habitado por Indígenas, o nome da terra

sem pecado era Pindorama⁹, mas foi batizada de Brazyl¹⁰. Este cenário de invasão, imposição de novos costumes e crenças, modificação de línguas e repressão pela força física perpassa pelo viés de compreensão que chamamos de Educação do/pelo corpx.

Segundo Krenak (2019) para justificar a imposição de novos hábitos a serem aprendidos por meio da catequização¹¹, os europeus sustentaram-se na ideia de que eles eram a humanidade esclarecida e as/os nativas/os eram a humanidade obscurecida, então era preciso fazer essas populações ascenderem e se desenvolverem. É com base nesse e em outros argumentos plausíveis que no documentário *Guerras do Brazyl* o próprio Ailton Krenak nos alerta:

O Brasil não existia, [...] é uma invenção [...] e ela nasce exatamente da invasão, inicialmente feita pelos portugueses, depois continuada pelos holandeses e [...] franceses, num modo sem parar, onde as invasões nunca tiveram fim. Nós estamos sendo invadidos agora (BOLOGNESI, 2018).

O chamado processo civilizatório e/ou progresso ancorou-se na disciplinarização de corpos, nos papéis designados para corpos-homens e corpos-mulheres, e na prescrição de normatividades através de estratégias pedagógicas de treinamentos de hábitos, que com os estudos de Butler (2003 e 2019) entendemos por performatividades de gêneros.

É importante salientar que no século XVI¹² quando os portugueses invadiram mares e terras pindoramenses, avistaram aqui corpxs nus, pintadx e adornadx. Estes corriam,

⁹ Palavra da língua Tupi que traduzida para o português significa “país das palmeiras”. Os nomes da terra que chamamos de Brazyl por Jonildo Bacelar. Disponível em < <https://www.historia-brasil.com/nomes-brasil.htm>>. Acesso: 25/01/2023.

¹⁰ Segundo Jonildo Bacelar, séculos antes da descoberta/invasão o termo já era usado para descrever as “Ilhas do Atlântico”. Vale pontuar que: se antes de 1500 os europeus denominavam um determinado território de Brazyl, este ambiente era minimamente conhecido, ou seja, a invasão foi planejada. São questões a serem aprofundadas em outro momento/texto.

¹¹ A ideia de catequisar soa aqui como processos de expropriação, sequestro de identidades, aculturação e exploração de corpxs. Para legitimar esses feitos os europeus tiveram como suporte os Padres Jesuítas e os métodos e/ou estratégias pedagógicas do cristianismo.

¹² Estimava-se que nessa época, aproximadamente 40 milhões de habitantes viviam no território (BOLOGNESI, 2018).

pulavam, giravam, arremessavam, empurravam, puxavam, dançavam, nadavam, pescavam, caçavam etc. com ajuda de instrumentos (arco e flecha, lanças, machados, chocalho, canoas, armadilhas etc.). Estas práticas corporais que conhecemos como atividades físicas eram realizadas para garantir a sobrevivência de modo geral, mais adiante compreendemos que nas tradições Indígenas haviam presentes também práticas organizadas de jogos, brincadeiras, batalhas/lutas e rituais. Apontar manifestações das comunidades tradicionais problematizando a tentativa incessante de apagamento de culturas e extermínio de corpxs, é importante para chegarmos ao que atualmente nomeamos de Educação Física e a definição do seu objeto de estudo.

Após o contato sociocultural entre invasores e povos originários, as primeiras relações de trocas de adereços, estranhamentos, negociações de ferramentas e alimentos, prevaleceram os interesses dos colonizadores. Considerados como “selvagens” e nomeados de “os índios”, as/os donas/os da terra foram submetidos/as à variadas técnicas para incorporação de novos costumes, incluindo principalmente a repressão pela força física (Educação do/pelo corpx). Os padres Jesuítas foram trazidos como estratégia para conquistar confiança das lideranças e catequisar seus povos, dominando suas consciências, trocando seus nomes, impondo-lhes outra língua, violentando e escravizando seus corpxs com base na fé cristã.

Nessa ideia de desenvolvimento e progresso quais corpxs são possíveis de existências plenas e quais são relocados para marginalidade e abjeção? O que está em jogo na interpelação são os desdobramentos das normatividades simbólicas e conceituais, são as abordagens perante a ideia de racialização (raça superior e raça inferior) conjugada com a heterossexualização compulsória imposta aos povos originários através das instituições, paradigmas e dogmas dos europeus. É o processo de constituição do sistema (VERGUEIRO, 2015) biopolítico (FOUCAULT, 1988) da diferença sexual (PRECIADO, 2014), que deliberou a construção de uma sociedade cis heteronormativa binária de vigilância e controle.

Sobre a deliberação de dogmas e paradigmas pelos invasores e a imposição dos novos costumes para os povos originários é importante citar que:

Da antiguidade ao século XVI, a humanidade eurocêntrica passou por um processo de transformação do ato sexual homossexual, de algo relativamente aceitável para um pecado mortal. Antes do advento do cristianismo, as relações homo afetivas eram conhecidas pelo nome de sodomia em referência às cidades destruídas por Deus na narrativa bíblica do Antigo Testamento, Sodoma e Gomorra. A expressão passou por várias ressignificações sendo identificada por “atos não naturais”, “sexo para fins não reprodutivos” até o “ato sexual entre pessoas do mesmo sexo”. Quando os europeus chegam ao Brasil no século XVI, a sodomia era um dos mais terríveis pecados a ser severamente coibido, corrigido e punido. Para horror de muitos dos colonizadores, os povos nativos a praticavam de forma livre e natural. Os relatos não apenas afirmavam a relação homoerótica como também transexualidade na inversão dos papéis de gênero estabelecidos em relação ao sexo atribuído pela fisiologia ao nascer (RAMOS, 2022, p.10).

Realizando esses resgates percebemos que antes da invasão os “atos sexuais” não eram exclusividade da procriação e que as características genitais/biológicas não determinavam normatividades excludentes, pelo contrário, muitos grupos permitiam relações afetivas entre pessoas do “mesmo sexo”, sendo que alguns usavam o “amor entre iguais” como princípio comum e ritualístico, considerando válidos até casamentos coletivos. Percebemos também que o mito da história oficial omite a “tripla” opressão de gênero/sexualidade-raça-classe exercida para a dominação dxs corpxs, garantindo o constante processo de aculturação e a perpetuação da negação das diferenças até os dias atuais. A imposição da cis normatividade e outras disciplinas podem ser compreendidas através do que Foucault (1979) entende por saber-poder dominante/hegemônico concretizado por via de discursos biopolíticos reguladores.

Os achados de Estevam Rafael Fernandes (2017) mostram-nos que a ideia de “índio homossexual” é uma construção emergente a partir do contato com o universo dos colonizadores que gerou um processo de subordinação, proletarianização, cristianização, cientificização e racialização dos desejos e sexualidades Indígenas. Associadas aos pecados, crimes, vícios e doenças, as performances dos povos originários foram sendo demonizadas e consequentemente aplicadas severas punições e até penas de morte.

O avanço do empreendimento colonial representou a imposição da visão de mundo religiosa, filosófica e científica, que impôs o sistema moral que estruturava a sociedade colonizadora. Isto importou no esvaziamento da identidade, na medida em que ensinou aos indígenas que sua cultura era indesejada, sua sociedade representava o atraso, seus afetos eram errados, o amor por eles praticado era pervertido e a sua religião era desprovida de fé. Foi, portanto, uma ação de disciplinamento que visava enquadrar no padrão e heterossexual do colonizador (LIMA, 2019, p. 02).

Para Lima (2019) as definições e/ou preconceitos europeus sobre a sexualidade Indígena tem sintonia com selvageria, incesto, corrupção, inversão, canibalismo, poligamia, embriaguez, luxúria, sodomia, nudez, bacanais e lascívias. Estes vocábulos compõem o mesmo campo semântico e possuem significados que situam o projeto colonizador. Tendo como parâmetros estruturantes as doutrinas cristãs, xs corpys presentes neste território eram vistos como “espaços vazios” (sem almas) e de “natureza corrompida”, espaço privilegiado para ações dos demônios e por isso justifica-se a dominação exercida através dos discursos cis heteronormativo proferidos pelos Padres Jesuítas e demais invasores para concretizar a Educação do/pelo corpy.

No decorrer da história, identidades de gêneros e orientações sexuais desviantes das normas padrões sofrem severas estigmatizações e árduas punições, um terreno de disputa que entrelaça elementos antes tidos como invisíveis, mas que agora ganham visibilidade ao revelarem atrocidades causadas nos corpys colonizados. Assim, os estudos *queer* iniciam um percurso desconstrutivo, para desmontar a fixidez e a noção de um eu essência, um eu homogêneo e definido pela cis heteronormatividade binária. O *queer* é uma engrenagem desnaturalizante e apresenta-se como uma expansão politicamente volátil da categoria de identidade, incluindo todxs que não se encaixam no padrão.

Pensando em desconstruções e desaprisionamentos partindo dos enraizamentos do sistema que fundou a sociedade brasileira, leva-nos apontar *Críticas Culturais* sobre a hegemonia biologizante segrega corpys pelos binarismos, negando a existência das diversas identidades e marginalizando práticas dissidentes. Portanto, a Educação Física precisa rever suas bases ontológicas e epistemológicas, e analisar como a noção de normal e natural versus

anormal, desviante, pervertido e/ou doente vem amparando o conservadorismo da “ideologia de gênero”, enaltecendo a naturalização da existência apenas do homem e da mulher cis heteronormativo/a (considerados/as seres humanos) e tratando como abjetas outras identidades, desumanizando-as.

Butler (2003) reitera que gênero e sexualidade são categorias construídas discursivamente e legitimadas nos processos de estruturação das sociedades. A teoria da performatividade nos ajuda argumentar sobre aspectos que evidenciam a cis heteronormatividade pelo viés da naturalização e também perceber as violências exercidas sobre corpxs que transgridem fronteiras binárias. Posto isso, persiste a necessidade de realizar interpelações mais rebuscadas diante dos estereótipos e paradigmas que seguem hierarquizando sujeitxs (LOURO, 2008). A Educação do/pelo corpx engendra normatividades que impedem as experimentações das subjetividades, sendo assim, ao tratar da centralidade de narrativas que giram em torno da disciplinarização dxs corpxs a partir dos discursos eurocentrados, requer compreender que a Educação Física faz parte das estratégias de dominação desde sempre no Brazil.

123

A decisão em discorrer por estes caminhos teóricos-metodológicos diz respeito ao silenciamento e/ou apagamento de diversas práticas e costumes tradicionais, que se perderam nesse sistema que interdita a vida dxs LGBTQIA+. Os argumentos desta seção surgem da ressignificação de memórias na busca por representatividades, pois de acordo com o documentário *Terra Sem Pecado* é do investimento na imposição religiosa que surge o preconceito sexual, sendo Tíbirá¹³ a primeira vítima de LGBTQfobia no Brazil. E isto nos remete à seguinte indagação: Por que as características das genitálias tem sido fundamentais para marcar corpos de maneira binária (homem-pênis X mulher-vagina)?

¹³ Tupinambá maranhense condenado por praticar o “pecado nefando” e, portanto, perseguido, preso, torturado e executado na boca de um canhão da Igreja Católica, a mandato do missionário francês da Ordem dos Capuchinhos Yves d’Évreux. Isto acontece com Indígenas desde a invasão, estamos no séc. XXI e os papéis sociais dxs sujeitxs encontram-se carregados de preconceitos, herança da colonização machista e heterossexista que através das regras religiosas e da representação institucional, que gira em torno das igrejas como meio de educar/dominar xs corpxs disseminaram a noção de pecado, de Deus versus Diabo, de céu e inferno. Informações disponíveis no documentário “Terra Sem Pecado”, baseado na pesquisa “Homossexualidade indígena e LGBTQfobia no Brasil: duas faces da mesma moeda”. Dir: Marcelo Costa.

Braulina Aurora¹⁴ relata que relações homoafetivas sempre existiram entre Indígenas, algumas etnias consideravam como pessoas estéreis, a mulher podia recusar o casamento tornando-se “a tia que não podia ter filhos”, contudo a igreja impôs normas proibindo práticas de “sodomia” e outras, estigmatizando-as como doenças e demonizando corpos que desviassem das regras. A autora diz que “nosso maior desafio, hoje, é fazer com que eles entendam que não é doença, é apenas a sexualidade”. Samuel Luz¹⁵ também diz que “perdemos muito com a chegada das Igrejas. O relacionamento com pessoas do mesmo sexo foi sendo silenciado por quem disse que era errado”.

As pesquisas de Fernandes (2015) revelam que não existem registros de opressões sexuais nas aldeias antes da colonização, o autor usa como exemplo os Tupinambás para defender que a homossexualidade não era tabu, tendo identificado até oito papéis de gêneros em comunidades isoladas. Ele aponta que literaturas de 1530 evidenciam a interferência dos Padres Jesuítas na incorporação de preconceitos, causando conflitos sociais e gerando discriminações com identidades que fogem da cis heteronormatividade binária. Seguindo na mesma perspectiva, reforçando e reafirmando nossas críticas, Rita Von Hunt¹⁶ propõe à seguinte interpretação:

Vale contar para vocês que o binarismo de gênero, a decodificação de gênero como dois papéis antagônicos ela é profundamente ocidental e europeia. Os povos que primeiro ocuparam as américas, desde o Canadá até a Argentina, eles tinham sistemas de gênero tripartites, quaternários, quintuplos, que organizavam [...] a produção e a reprodução da vida em outras posições que não A e B. E essa ideia de A e B ela é o reflexo

¹⁴ Antropóloga da Universidade de Brasília – UNB (etnia Baniwa). Disponível em <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/01/19/indigenas-e-gays-jovens-contam-como-e-ser-lgbt-dentro-e-fora-das-aldeias.ghtml?fbclid=IwAR2RcFmpUy8mqymxcT3w9bLDZgEujZdlWRrscRV0MXvoXg-TKt2upvOIYA>>. Acesso 07/11/2021.

¹⁵ Estudante de Pedagogia na Universidade de Brasília – UNB. Disponível em <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/01/19/indigenas-e-gays-jovens-contam-como-e-ser-lgbt-dentro-e-fora-das-aldeias.ghtml?fbclid=IwAR2RcFmpUy8mqymxcT3w9bLDZgEujZdlWRrscRV0MXvoXg-TKt2upvOIYA>>. Acesso 07/11/2021.

¹⁶ Bate papo com Amanda Palha, Marília Gonçalves e Flávia Batista sobre *Gênero e Identidades: Interseccionalidades*, para o Festival Feminista de Lisboa. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=jYN_TNT-Z_Y>. Acesso 21/04/2022.

colonial, ela é portanto [...] uma cultura emergente quando do contato e residual quando da colonização e do império aqui no Brasil por exemplo, quando do apagamento, do genocídio, da aculturação dos povos que aqui estavam primeiro.

Considerando a relação entre anatomia corporal e desenvolvimento sociocultural dos sujeitos, ou seja, o gênero como espelho do sexo, fica descrito que natural é: o corpo que nasce com pênis ser macho e consequentemente ser o homem, assim como o corpo que nasce com vagina ser fêmea e por consequência ser a mulher. Assim, é posta a determinação biologicamente fundamentada e discursivamente naturalizada, que garante a reprodução da espécie e desdobra-se para as relações sociais de trabalho em relação aos gêneros. Dessa maneira, entendemos que a genitália tem sido fator determinante para desencadear os papéis sociais que teoricamente nascemos prontos para desempenhar.

[...] As normas regulatórias do “sexo” trabalham de forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual (BUTLER, 2019, p. 21).

125

Segundo Preciado (2014) as práticas discursivas de naturalização corpórea por via da diferença sexual são materialmente normativas e engendradas pelo poder de significar, garantindo que seja viabilizada a segregação binária e hierarquizada da cis heteronormatividade. Portanto, compreender que não é natural, mas sim sociocultural a definição dos significados que organizam a vida coletiva é a principal reflexão causada até aqui, ou seja, gira em torno das culturas disputas político-ideológicas delineadas pelos discursos de poder que engendram valores e costumes de cada grupo social, em determinados tempos históricos. Reafirmando esses posicionamentos, consideramos que quando o discurso religioso entra em decadência hegemônica, posteriormente o sistema sexo-gênero-sexualidade binário passa ser definido pelos saberes médico-biológicos que fundamentam discursos patologizantes diante das dissidências.

1.2. Estratégia(s) de sobrevivência(s) na escravidão

“Nossos passos vêm de longe” (Jurema Werneck).

Tornando o território pindoramense/brazyleiro uma colônia de Portugal, a exploração de Indígenas não foi suficiente, muitxs não aceitaram o assujeitamento e nas guerrilhas contra dominadores fugiram e/ou morreram. Nessa rota histórica entra os navios negreiros, transportando corpxs sequestrados em África para serem utilizados como mão de obra escravizada. De acordo com as compreensões de Jones Manoel¹⁷,

[...] nosso país foi fundando num processo [...] que Caio Prado Junior classificou muito bem como sentido da colonização. O Brazyl foi criado como uma empresa colonial para produzir riquezas e exportar para fora, a partir de força de trabalho escravizada, força de trabalho negra trazida de África majoritariamente e com um processo também de extermínio e escravização dos povos originários.

126

É importante perceber que a escravização causou/causa nxs corpxs um distanciamento de suas existências, expropriando-os, negando singularidades, aprisionando subjetividades e proibindo os desejos. Ou seja, a imposição causada a partir do sequestro e exportação de pessoas africanas para trabalharem forçadamente a troco de nada, fazem parte da continuação da colonização brazyleira que não foi suficientemente lucrativa apenas com os povos originários. Tomamos como bases estruturantes deste sistema de dominação e exploração de corpxs a disciplina, a vigilância e o controle pautadas na biopolítica do saber-poder (FOUCAULT, 1979, 1987 e 1988), que tornou a ciência positivista hegemônica uma aliada imprescindível para justificar as atrocidades.

Para legitimar esse processo criou-se toda uma estrutura ideológica que trata o negro como um ser inferior e predestinado ao trabalho escravo, ou seja, foi

¹⁷ Vídeo aula intitulada de Revolução Brazyleira: desafios e atualidades. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=nJhOgtP7L7g>>. Acesso: 04/06/2022.

forjada uma concepção racista na raiz da formação social desse país e que, se expressa até hoje nas relações sociais afim de desfigurar o sujeito negro brasileiro. Como exemplo temos a teoria darwinista social, mostrando o papel que a ciência cumpriu ao justificar a escravidão (ExNEEF, 2014, p. 67).

Para realizar o processo de escravidão foi/é necessário apropriar-se de ideologias estratégicas para dominar as consciências e explorar a matéria, isso foi/é feito. O aporte ideológico está pautado na desumanização naturalizada, demarcando fronteiras raciais (raça superior e raça inferior), gêneros binários e classes sociais antagônicas, normalizando a superioridade de uns/poucos e a inferioridade de outros/muitos, definindo quem deve ser considerado ser humano e quais são xs corpxs abjetos. É necessário relatar também que a miscigenação foi apresentada como uma política de identidade, pautada nos ideais eugenistas de melhoramento das raças e embranquecimento da população.

Dentro de uma relação de escravidão o senhor possui inteiramente o escravo, o que não só permitia o estupro das pretas escravas como o normalizava. Gilberto Freyre, em *Casa grande e senzala*, relata enquanto normal que a iniciação sexual dos filhos dos senhores se desse com as escravas. Para piorar a situação coloca a miscigenação enquanto prova de amor entre raças. Não podemos nos deixar enganar, a miscigenação em nosso país se dá em primeira estância pelo estupro das “mulheres indígenas” e escravas pretas (ExNEEF, 2012, p.203).

127

Diante do exposto, Grada Kilomba (2019) leva-nos a compreensão que formas de opressões não operam em singularidade, elas se inter cruzam e interseccionam. Raça, gênero, sexualidade e classes sociais são fatores que interligados vem pré-determinando os papéis dxs sujeitxs na sociedade brasileira. Nessa programação social as diferenças ficam a par das definições e representações, dos estigmas, paradigmas e preconceitos, as diferenças não são respeitadas, são vistas como fora do padrão e tidas como excessos quem devem ser eliminados e predominando sempre a hegemonia cultural dos invasores.

A Educação do/pelo corpx determinou o que são “coisas de meninos/homens e coisas de meninas/mulheres” e consequentemente definiu os tipos de trabalhos a serem

desempenhados pelos gêneros binários (masculino x feminino). Toda essa segregação sociocultural das práticas corporais foi aprendida através das estratégias pedagógicas da catequização e/ou mesmo pela força física, agressões e torturas, características do processo escravocrata baseadas nas ideologias cristãs. Foi assim que a sociedade se estruturou e construiu fronteiras com base na masculinidade tóxica e compulsória que resulta no machismo peculiar do patriarcado e desencadeia nas violências de gêneros, e, nos embates entre o que é natural e o que torna-se desviante.

Para além desses engendramentos podemos tomar como exemplo de dissidência, resistência, enfrentamentos e rompimentos de fronteiras a história de Xica Manicongo¹⁸, que veio para o Brazil como sujeitx escravisadx e viveu em Salvador/Ba desafiando as regras da época. Trabalhando como sapateira e carregando fama de namoradeira, ficou conhecida por toda Cidade Baixa. Historiadores contam que ela vivia como uma rainha/realeza, como uma Cudina (divindade do congo com identidade de gênero fluída – de acordo com os estudos decoloniais), se vestia como quimbandas (termo bantu para definir “invertido” ou “curador”).

Considerando os apontamentos colocados, é válido lembrar que o movimento discursivo que causa efeito de materialização corporal é, para Butler (2019), a performatividade artificialmente articulada pelas práticas socioculturais. A nomeação do que é natural e do que se torna desviante é definida na disputa de poder que determina a diferença sexual para o conceito de corpx, não é um pré-discurso que cria a norma e sim os efeitos do treinamento de ações, da repetição performativa que recai sobre a identidade. Sendo assim, a materialidade do sexo enquanto categoria biológica dos corpos é dada pelo efeito discursivo de poder pautado na diferença sexual (PRECIADO, 2014).

Ou seja, é com base na naturalização da diferença sexual enquanto categoria biológica sustentada pela caracterização das genitálias e na repetição e/ou treinamento de hábitos que recai sob a identidade performativa, que historicamente a Educação Física vem definindo suas práticas corporais (esportes, jogos, brincadeiras, ginásticas, lutas etc.) em “coisas de

¹⁸ Disponível em <<https://averdade.org.br/2022/01/xica-manicongo-a-primeira-travesti-do-brasil-foi-negra/>>. Acesso: 04/06/2022.

meninos/homens e coisas de meninas/mulheres”. Sendo assim, todo corpx que foge do padrão preestabelecido discursivamente e naturalizado culturalmente é relocado para condição de dissidência e abjeção, fica às margens, é silenciado e consequentemente excluídas as possibilidades de sua participação/inserção nos ambientes onde essas práticas corporais hegemonicamente marcadas pelos binarismos acontecem.

Criada nos porões das senzalas e nos quilombos a Capoeira surge em forma de resistência a violência dos senhores exercida sobre seus/as escravos/as. O desenvolvimento dessa prática que utiliza exclusivamente o próprio corpx enquanto instrumento de defesa e afirmação, tornou-se estratégia(s) de sobrevivência(s), de (re)existência(s) e aquilombamentos¹⁹.

Mestre Bimba chama atenção para o fato de que “a capoeira nasceu nas senzalas, nos engenhos, aonde os negros trabalhavam”. [...] Ator importante da capoeira soteropolitana revela a relação do surgimento da capoeira na Bahia, a partir dos locais onde os escravizados realizavam suas atividades da mão-de-obra que sustentava a economia do Brasil Colonial e Imperial. O Recôncavo Baiano, região que recebeu grandes levas de africanos para se radicar no Brasil, é um dos lugares onde a capoeira parece ter sido uma das experiências culturais praticadas por quem estava submetido à escravidão quando não estava trabalhando. Assim, podemos incluí-la no acervo das diversões e divertimentos criados pela cultura brasileira (GONÇALVES, 2022, p.01).

Capoeira é luta, dança, jogo, é a ginga da arte, é cultura ancestral, é memória de resistência e apesar da sua mercadorização atualmente tornou-se mecanismo de inclusão social e reparação histórica. Capoeira é movimento contínuo e constante de (re)existência, movimentos que ressignificam as condições degradantes experienciadas pelos corpxs racializados e reafirmam suas subjetividades performáticas, ela acontece de maneira bastante democrática, em formato de roda e não havendo segregação pelo binarismo de gênero, garantindo uma relação entre todxs.

¹⁹ Nas compreensões de Ana Rita Santiago (2018) os conceitos de (re)existências e aquilombamentos funcionam como devir revolucionário.

Acrescentamos também à essa(s) estratégia(s) de sobrevivência(s) à prática do Maculelê, uma dança grupal que utiliza bastões de madeira para promover sons e ritmos, e que traduz aspectos da resistência cultural/ancestral do povo brasileiro. Acredita-se que seja um ato popular surgido em meados do século XVIII nos canaviais de Santo Amaro/Ba e que passou a integrar as comemorações de Nossa Senhora da Purificação (padroeira do município). Na tradição oral considera-se que o Maculelê possui influências Indígenas e Africanas, portanto é uma prática corporal de origem Afro-indígena²⁰.

Na busca pelo melhoramento da raça através da miscigenação e justificando esses feitos enquanto algo positivo, deslegitimar a cultura negra foi fundamental. “Para que esse processo de embranquecimento da nação ocorresse, era necessário também acabar com o sujeito negro de forma individual e culturalmente, criminalizando e perseguindo a capoeira, seus praticantes e as religiões afrodescendentes” (ExNEEF, 2014, p. 68). Os aspectos degradantes característicos dos processos de escravização, aculturação, miscigenação e genocídio ressoa na contemporaneidade de maneira complexa, sendo responsáveis pelas opressões que corpos subalternizados e marginalizados sofrem cotidianamente e resultando nas desigualdades sociais.

A *Crítica Cultural* respalda pelos estudos *queer*, contrapõe tudo que foi posto partindo do entendimento que as violências direcionadas diariamente à sujeitxs racializados na intersecção com o ato de assumir orientações sexuais e identidades de gêneros desvinculadas da cis heteronormatividade paradigmática, baseiam-se num essencialismo biológico da inteligibilidade humana, excludente e ultrapassado cientificamente que precisa ser superado. Para isso, é necessário romper com estigmas e rótulos que a ciência positivista engendrou, desvendar os discursos excludentes, desconstruir padrões, desnaturalizar corpos e aos poucos ir desmascarando as amarras do sistema biopolítico da diferença sexual, que garante dominação e exploração de sujeitxs.

²⁰ Disponível em <<https://aguadebebercamara.blogspot.com/2010/04/sobre-o-maculele.html>>. Acesso: 26/01/2023.

Com o que foi apresentado até aqui, podemos dizer que as práticas corporais advindas das culturas indígenas e negras representam os primeiros elementos da Cultura Corporal e do desenvolvimento da Educação Física no Brazil. Essa definição cabe tanto para as estratégias de colonização através da Educação do/pelo corpx, quanto para as danças/rituais, jogos e brincadeiras dos povos originários, e, a Capoeira junto com o Maculelê enquanto práticas corporais de resistência à escravidão. Defendemos a importância de reconstruir essas narrativas (a exemplo do mito do descobrimento e da miscigenação), pois a história contada como oficial mostra apenas a versão colonizadora/ brancocêntrica/europeia/cristã e silencia ou apaga a memória dxs corpxs que (re)existem até hoje, mesmo sendo vítimas de um genocídio planejado e em curso a longo prazo.

Em termos de legalidade a Lei Áurea (1888) decretou o fim da escravatura, assim como o Estatuto do Índio (1973) e a Constituição Federal (1988) garantem aos povos originários vários direitos, contudo sabemos que esses marcos legais ainda não se concretizam efetivamente na prática, ou seja, é legalizado na burocracia do estado burguês, mas não é legitimado no cotidiano da vida. Como reconhecimento das atrocidades causadas nxs corpxs destas populações ao longo do curso colonizador, também foram promulgadas as leis nº10.639/2003 e nº11.645/2008 que alteram a LDB (1996) e estabelecem a obrigatoriedade dos currículos integrarem a História e Cultura Afro-brazyleira e Indígena. Também a lei nº12.711/2012 que trata das cotas raciais enquanto política afirmativa de reparação histórica.

Tendo esses marcos legais para balizar a Educação nacional no sentido da reparação histórica, como os currículos de formações de Professorxs e as aulas de Educação Física na Escola tem tratado estas temáticas? Os/as estudantes conhecem heranças das culturas tradicionais? Será que as danças/rituais e festividades, os jogos e brincadeiras, as batalhas/lutas, a Capoeira e o Maculelê têm sido trabalhados enquanto elementos essenciais e imprescindíveis para a identidade nacional? E a desnaturalização do binarismo de gênero e da orientação sexual tem acontecido? São esses questionamentos que propomos levantar através dos estudos *queer*, entendendo que o processo de reparação histórica precisa sair do campo legal e alcançar legitimidade.

Não podemos deixar que as práticas corporais Indígenas e Afro-brazyleiras sejam usadas atualmente apenas para apreciação cultural-turística e/ou folclorização mercadorizada, pois seus descendentes seguem vivos/as fazendo história. Neste sentido a Educação Física em seus processos didáticos-formativos, necessita rever os currículos e garantir aproximação à conhecimentos que gerem consciência histórico-política nos/as estudantes, para estes transmutarem as práxis de reparação histórica na Educação básica. Nossas práticas pedagógicas precisam dar conta de oferecer subsídios de crítica-combativa, para que cada pessoa (respeitando seus limites de acesso e territorialidade) consiga disseminar ideias desconstrutivas, tanto no sentido das culturas tradicionais, quanto na desnaturalização do binarismo de gênero que gere as práticas corporais.

1.3. O mito da independência

Seguindo a lógica de silenciamento e apagamento das culturas originárias e dos/as negros/as sequestrados de África, a história da Educação Física no Brazil vem sendo contada hegemonicamente a partir da Proclamação da Independência²¹, esquecendo de todas as práticas corporais que já eram exercitadas pelas diversas comunidades Indígenas antes de 1500, também o desenvolvimento da Capoeira e do Maculelê pelxs escravizadxs como forma de resistência ao colonialismo.

132

O colonialismo é uma prática na qual um território exerce domínio político, cultural ou religioso sobre um determinado povo. O controle é exercido por meio de uma potência ou força política militar externa que deseja explorar, manter ou expandir seu território. [...] Essa prática acontece sem o consentimento de seus habitantes, que com a exploração, perdem parte de seus bens (solos, recursos naturais, moradia) ou possíveis direitos políticos que pudessem ter. Dessa forma, a potência exploradora consegue se desenvolver às custas das riquezas encontradas nas colônias exploradas, que

²¹ Com a Proclamação da Independência foi estabelecido o regime de governo como monarquia hereditária (passada de pai para filho) e o catolicismo oferecido como religião oficial da pátria. Tratamos esse episódio como um mito também, pois conhecendo a realidade do país podemos afirmar que não houve independência até hoje, continuamos vítimas da colonização e considerados como subdesenvolvidos.

se tornam cada vez mais parte do Império explorador e reféns das suas ordens²².

No período imperial a Educação Física é “mencionada” em vários documentos diplomáticos, são eles: Carta Régia promulgada por Dom João de Bragança (1808); Dragões da independência – banda de fanfarra (1810) do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas do Exército; Tratado de Educação Física e Moral dos Meninos de Joaquim Antônio Serpa (1823) – postulava que a Educação englobava moralidade, saúde do corpo e cultura do espírito; Primeira Constituição, outorgada por D. Pedro I (1824); Escola Normal de SP (1846); Reforma Couto Ferraz (1851); Regulamento da cadeira de ginástica (1862) estabelecido na Escola Normal da Província do RJ – formava Professores para atuar na instrução primária. O Compêndio de Pedagogia de Marciano Pontes enfocava a importância de educar o físico, a moral e o intelecto, dando ênfase a três temas centrais: higiene, ginástica e educação dos órgãos de sentidos (ALBUQUERQUE, 2009); E o Parecer da Reforma do Ensino Primário, Secundário e Superior de Rui Barbosa (1883).

133

Os documentos citados serviram como dispositivos normativos para organização da sociedade por meio de ordenações e ameaças. As narrativas encontradas nestes textos revelam elementos que orientam o ensino básico implicitamente no país até hoje e consequentemente apontam também dados importantes sobre os primeiros processos de formação de profissional, lidando com a questão da disciplina dos indivíduos, ou seja, da Educação do corpo definida pela segregação em “coisas de meninos/homens e coisas de meninas/mulheres”.

Vale salientar que as narrativas doutrinárias desses documentos foram construídas apenas por homens cis heteronormativos, portanto, seguem uma linha que tem na masculinidade hegemônica seu fator central de poder. Com base nos textos citados as perspectivas eugênicas e higiênicas importadas da Europa deram suporte ao novo projeto de

²² Disponível em <<https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/colonialismo>>. Acesso: 28/02/2022.

sociedade ideal, a ginástica²³ passou a ser afirmada como fenômeno importante na formação social e foi implantada nas Escolas. “As alunas estudavam em local e horário separadas dos alunos do sexo masculino para não haver contato entre eles: nem físico nem perceptivo” (BARBOSA, 2013, p.4), e as meninas não possuíam obrigatoriedade com a prática da ginástica.

É a partir desse período que a Educação Física começa a assumir seu caráter higienista. Fazendo-se uso da ginástica, o Estado passou a desenvolver ações pedagógicas na sociedade, com ela julgavam poder responder à necessidade de uma construção anatômica que pudesse representar a classe dominante e a raça branca, atribuindo-lhe superioridade (JUNIOR, 2011, p. 4).

Essas ideias eugênicas e higiênicas, que remetem à busca incessante pela legitimação de uma única raça (a raça branca), prevalecem nas propostas que buscam embranquecer a população através da miscigenação e deslegitimar a existência de outros grupos étnicos, estabelecendo padrões, modelos e rótulos, que conseqüentemente resultam no incentivo à competitividade e recaem sobre as segregações e hierarquias. Portanto, concordamos com a interpretação de Krenak (2019), ao dizer que as agências e instituições são configuradas para estruturar as relações de poder, mantendo o sistema de controle e ajustando a sociedade.

134

No século XIX, porém, o Iluminismo começa a mudar os códigos penais na Europa. Diferente de outras colônias, com a presença da família Real no Brasil e com a influência do Código Napoleônico, descriminalizou-se em 1830 a sodomia no país. Por consequência, descriminaliza-se a homossexualidade. Entretanto, enquanto as igrejas cristãs perdiam força, a ciência passa a ocupar o espaço de marginalização dos LGBTQIA+. As ciências humanas e biológicas no afã de tentar explicar a homossexualidade, acabam por transformá-la em uma patologia com o uso do sufixo “ismo”, caracterizando uma doença, degeneração ou desvio (PRETES; VIANNA, 2007 in RAMOS, 2019, p.12).

²³ “Abarcando uma enorme gama de práticas corporais, o termo ginástica pertence ao gênero feminino, de designação feminina e que historicamente se a partir de atributos culturalmente definidos como masculinos – força, agilidade, virilidade, energia/têmpera de caráter, entre outros” (SOARES, 2005).

Estudos sobre a ginástica no século XIX permitem-nos traçar dimensões históricas das concepções de corpx perante os movimentos da modernidade em emergência de um “novo mundo” onde os indivíduos tornam-se elementos centrais da nova constituição social, ou melhor, “[...] em um longo processo de afirmação do éthos que representaria a civilização” (SOARES, 2005, p.7). De acordo com estas proposições, o sexo deveria ser contido, mudo, reprimido, atendendo aos interesses do capital na perspectiva da reprodução da espécie humana e “[...] assim marcharia, com sua lógica capenga, a hipocrisia de nossas sociedades burguesas” (FOLCAULT, 1988, p. 10).

X corpx dessa época é metrificado, sistematizado, quantificado e qualificado com os ideais da burguesia, não é permitido excessos. É x corpx correto, preciso, limpo, civilizado, controlado, redesenhado pelos “homens da ciência” num projeto estético rigoroso. A finalidade da sujeição dxs corpxs está para sua utilidade, na formação dos “homens fortes”, que produzem mais e gastam menos energias, é a tentativa de construir o futuro eficaz, potencializar as ações sem desperdício de energias, regular a sabedoria e sintonizar a utilidade da força na nova sociedade capitalista. É um apelo pela ordem da cultura utilitária, que vislumbra o lucro. Xs corpxs carregam marcas, portanto, concordamos com Louro (2008) ao afirmar que a ignorância não é neutra, “é planejada como resíduo do conhecimento”.

Frente ao contexto histórico a Educação Física assume o protagonismo de construir uma imagem de nação civilizada, contribuindo para a legitimação de símbolos e influenciando no desenvolvimento de um sentimento patriota de “ordem e progresso”. Através da obrigatoriedade do hasteamento de bandeiras e cantar o hino nacional enfileirados nas Escolas, nos ambientes esportivos e espaços das forças armadas/exército a Educação Física vai se constituindo cada vez mais enquanto instrumento de disciplinarização e alienação da população. É entendendo que os símbolos (bandeira, hino, enfileiramento etc.) implicam em contradições práticas e influenciam diretamente na negação da liberdade, que criticamos a forma como vem sendo estimulado o sentimento de pertencimento e identidade nacional.

Percebemos como a disciplina pautada no binarismo de gênero e o silenciamento das culturas não-brancas, apresentam-se nos primeiros processos formais e informais de Educação do país. Retomamos a Lei Áurea (1888) para reforçar o posicionamento da legalidade versus a legitimidade, visto que o documento aponta para o fim da perseguição das pessoas negras e abolição da escravatura, porém 2 anos depois, o Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil (1890), voltava a condenar a prisão e até deportação das/os praticantes de Capoeira/vadiagem. Ou seja, se até o marco legal deixou de proteger esses corpxs, quem iria defendê-los?

Partindo dessas reflexões, como romper com a lógica biologistica que determina os gêneros como espelhos dos sexos (masculino e feminino), no sentido da reprodução da espécie humana e coloca às margens corpxs LGBTQIA+? Vislumbramos que Professorxs de Educação Física questionem os ranços que perduram imbricados na estrutura da sociedade, possibilitando a desmistificação da diversidade cultural contida na existência apenas de “machos e fêmeas” e que impõe normas para gêneros e sexualidades. É necessário oferecer aspectos de criticidade sociocultural, desnaturalizando normatividades que seguem dividindo práticas corporais em coisas “de meninos/homens e de meninas/mulheres” e revelando outras possibilidades identitárias.

1.4. Golpe por cima de golpe – o mito republicano

Adentrando ao período republicano²⁴, a Educação Física assume um caráter técnico-instrumental. É importante frisar que nessa época o país ingressava no desenvolvimento da industrialização do modo de produção capitalista globalizado e é por este motivo que almejava adequação do novo/a operário/a à nova/outra ordem. Era necessário adestrar xs corpxs para o trabalho manual (JUNIOR, 2011).

²⁴ Consideramos a Proclamação da República um golpe cívico-militar liderado por Marechal Deodoro da Fonseca. 15 de novembro de 1889 marca o fim do Império e o início de outro modelo ditatorial burguês. Disponível em <<https://mst.org.br/2020/11/18/proclamacao-da-republica-brasileira-um-golpe-sobre-o-golpe/>>. Acesso 27/01/2023.

Importada da Europa, a ginástica tornou-se cada vez mais afirmada como essencial para a disciplina social, os médicos passaram a receitar os exercícios físicos como antídoto para todos os males, capaz de prevenir/curar doenças e melhorar as raças, produzindo um corpx potencialmente robusto e saudável. O discurso médico-biológico e psicossocial passou a explicar e/ou regular as práticas sexuais e as leis jurídicas, institucionalizando a heterossexualidade compulsória que engendra hierarquias sociais, tornam apenas alguns corpxs como inteligíveis e produziram a ideia de materialmente existirem sujeitxs normais e anormais (ALBUQUERQUE, 2009).

A regulação dos comportamentos normatiza prazeres, segrega, compara, avalia e hierarquiza sujeitxs, classificando-os e marcando seus corpos como produção de poder e dominação. Na trama da sociedade burguesa os agentes da consciência social individual e coletiva, os intelectuais dos discursos alienantes ditam “verdades absolutas” e utilizam-nas como instrumento de racionalização e controle dos/as trabalhadores/as, escravizando-os/as ou comprando sua força de trabalho. Nesse sentido, as técnicas para incorporação dos costumes e a patologização de corpxs chamam a nossa atenção, pois

137

[...] a ciência começou a tratar a homossexualidade como “homossexualismo, uma doença congênita e hereditária, resultante de anormalidade genética associada a problemas mentais na família. A teoria, junto das ideias emergentes sobre pureza racial e eugenismo nos anos de 1930, torna fácil entender porque a lobotomia [...] foi indicada para os homossexuais (ExNEEF, 2014, p.70).

É por meio dos variados processos culturais, populares, das ciências, artes, tecnologias e da Educação do/pelo corpx que se passa a “[...] trama no qual o “novo” apropria o “velho” para se afirmar como revolucionário” (SOARES, 2005, p.8). Afloram tecnologias de cuidados com os corpos na intenção de moldar “o homem” industrial por meio dos exercícios e métodos. É o investimento para transformar corpo em máquina, reduzindo-o a sua dimensão utilitária e calculada, era abominável desvios, caracterizando-os como irregularidades sexuais e/ou doença mental. A ginástica científica engendrava códigos de civilidade, desenvolvendo uma pedagogia dos gestos e vontades. “Os termos da racionalização entendidas como

necessárias, face aos valores do desenvolvimento e do progresso, indicam a verticalização dos corpos, a higienização dos hábitos públicos e privados, a normalização dos comportamentos” (SOARES, 2005, p. 11).

Os médicos na condição de detentores do poder ideológico propunham definições como únicas/aceitáveis, tornando-as “verdades absolutas” e emanando proibições. Para Albuquerque (2009) os esportes (natação, atletismo, equitação, esgrima, remo e etc.) revelam-se como importantes manifestações culturais das elites, mantendo o caráter gímico e calistênico e a proposta de um estado forte, ditatorial, autoritário e direitista, influenciado pelos projetos nazista e fascista dos europeus.

Com a revolução industrial e todas suas intenções no progresso global acentua-se a degradação da população trabalhadora, emergindo de um universo de embrutecimento e mergulhando numa tamanha insensibilidade. Diante deste desvinculamento astuto x corpx humano é adrede, desmembrado do seu contexto político-econômico e a Educação Física contribui diretamente na produção de “um estado de autismo-coletivo”, propício cada vez mais à degradação sociocultural dos sujeitxs (ExNEEF, 2015).

138

Podemos apontar alguns momentos e documentos que tratam da Educação Física neste período, são eles: Congressos Brasileiros de Higiene (1926) e Eugenia (1929); Criação do curso provisório de Educação Física (1910) e do Centro Militar de Educação Física; Os métodos ginásticos; Construção do Ministério da Educação e Saúde Pública e do Conselho Nacional de Educação; Reforma Francisco Campos; Construção do Estatuto das Universidades Brasileiras; Segunda Constituição; E fundação da Universidade do Brasil e da Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Sobre as perspectivas da formação docente “vale registrar que o estatuto se mostrava restritivo à autonomia político-ideológica do ensino superior no Brasil, procurando estabelecer, para as Universidades, uma concepção única de ensino, contrária às divergências e à pluralidade” (ALBUQUERQUE, 2009, p.7).

Entre 1932 e 1945 a *Revista Educação Physica*, através de artigos e imagens, objetivava propor um modelo para os/as brazyleiros/as, colaborando para o projeto de urbanização. A inculcação de hábitos saudáveis e de cuidados com o corpo almejava o

aprimoramento da saúde individual e coletiva, pautada pelos princípios da cultura física a Educação do/pelo corpx perpetuava o regime moral e cívico. Nos 88 exemplares do periódico analisados por Junior (2013), aparecem o ideal de aperfeiçoamento racial da sociedade, as indicações alimentares e de exercícios, novos modelos de vestimentas, assim como a representação do anseio padrão corporal-higiênico e de beleza desejável.

Nessa mesma época a lei nº 3.199/1941 informava não ser permitido às mulheres práticas incompatíveis com condições de sua natureza, com a deliberação nº 7/65 o Conselho Nacional de Desportos – CND atribuía instruções desportivas a serem cumpridas, proibindo o futebol de campo/praias/salão, lutas, polo aquático, rúgbi, halterofilismo e baseball. Contextualizando a trajetória marcada por proibições e reafirmando a lógica machista proferidas pelos discursos sexistas dos esportistas, podemos citar Pierre de Frédy²⁵. Segundo Adriana Inês de Paula “[...] para ele, as mulheres deveriam se contentar em cuidar da Educação dos filhos para o esporte e arrumar o material do marido para a prática esportiva”²⁶. Pierre chegou a dizer que “uma Olimpíada com mulheres seria impraticável, desinteressante, inestética e imprópria”²⁷.

139

Problematizar a imagem desse personagem considerado grande protagonista histórico-mundial dos esportes é importante para nossos estudos, pois seus posicionamentos refletem a exclusão e apagamento de diversos corpxs que seguem marginalizados. Os discursos normativos advindos desta criatura engendrou preconceitos para com as mulheres, impossibilitando que muitas pudessem exercer seus desejos nas práticas esportivas. Uma crítica *queer* aprofundada pode nos revelar como estas falas direcionadas às mulheres recaem também sobre corpxs LGBTQIA+, já que os próprios estudos de gênero da época tratavam apenas do binarismo masculino x feminino.

²⁵ Mais conhecido por Barão de Coubertin, fundador dos Jogos Olímpicos modernos que presidiu o Comitê Olímpico Internacional – COI por 29 anos.

²⁶ Discurso proferido na *Formativa e Diversidade – Aula 6 – Ser mulher* da exposição *Ser Atleta* do SESC. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=b53ze96hlqM&t=6s>>. Acesso 07/05/2022.

²⁷ Disponível em: <<https://planetafutebolfeminino.com.br/voce-sabia-que-pierre-de-coubertin-era-contra-a-presenca-de-mulheres-nas-olimpiadas/>>. Acesso 07/05/2022.

Ao nascer, a sociedade nos diz assim: futebol, futsal, basquete, ciclismo, esgrima, gude, atletismo etc. são práticas corporais masculinas e dança, vôlei, baleado, pula corda, amarelinha etc. são práticas corporais femininas, ou seja, existem coisas que são direcionadas para os meninos e outras diferentes que são para as meninas. Neste jogo antidemocrático, “homens jogam bola e mulheres animam na torcida”. Diante desta complexificação de estigmas, o que resta para o público *LGBTQIA+*? A experiência de estar no armário e sair dele é atravessada por muitas dores e culpas, mas também por acolhimentos e (re)existências. Sujeitxs vistos historicamente como desviantes, anormais, pervertidos, deficientes/doentes e/ou fora do padrão resistiram às (im)posições, proporcionando estranhamentos nos ambientes esportivos e conseguiram superar os limites da cis normatividade.

A história do esporte nos mostra que essa manifestação social se constituiu enquanto espaço privilegiado de expressão da masculinidade tradicional. No entanto, nos dias atuais, o esporte dialoga com uma demanda emergente de corpos que subvertem as lógicas da virilidade clássica e dos padrões heterocentrados que dominam hegemonicamente o mundo esportivo desde os seus primórdios (ARAÚJO; CHAVES, 2015, p.01).

Fantasia seduzem e iludem sujeitxs, sequestrando-os, aprimorando-os, adestrando-os, utilizando-os e mutilando-os. Mas como aponta Foucault (1979), esse poder sobre corpys não dizima-os, pelo contrário, fabrica-os utilizando técnicas de individualização e competição, assim como de competência pedagógica de despolitização, ou seja, manipulando comportamentos e produzindo o corpo-objeto-mercadoria de acordo com as exigências do funcionamento social capitalista.

Mas, porém, contudo, entretanto e todavia, de acordo com os PCN's (1997) ao fim da “Era Vargas” inicia-se um importante processo de pedagogização dos esportes. Já a primeira LDB (1961) segue um rumo contraditório, passando a nomear disciplinas com orientações teórica e as de cunho prático que só reprovavam por faltas, como é o caso da Educação Física. Neste sentido, seguimos traçando uma linha do tempo no que diz respeito a história dessa ciência e o engendramento dxs corpys em prol do projeto de exploração do sistema.

1.5. Ou cumpre o ditado ou é torturado

Com a instauração do golpe de 1964 a Educação Física ganhou ainda mais status de propaganda. O regime militar investiu tanto no preparo físico para o aprimoramento da força de trabalho e defesa da nação, quanto em competições esportivas. Para Junior (2011, p.9) “a ascensão da concepção tecnocrática de Educação revela seu caráter puramente capitalista, com uma visão bastante funcional, empresa-educação”. A militarização dxs corpxs se expressa através da ordem moral e cívica, instituída pela política econômica e marcada pela idealização da teoria do capital humano.

Partimos da noção que desde o golpe militar os cursos de Educação Física voltaram-se para interesses que interligam a construção dx corp x para uma possível necessidade de atuação em guerras e defesa da pátria. É preciso dizer que a ditadura configurou um momento politicamente autoritário, no qual o registro da história foi escrito em “canetas de tinta-sangue”, edificando a uniformização de comportamentos e da performatividade de gênero (BUTLER, 2003) estabelecida pelo modelo burguês. Este é um marco na história da Educação do/pelo corp x que revela atrocidades dos processos de eugenismo e higienismo sustentados também pelos métodos ginásticos²⁸, dos procedimentos de regulação e pela construção dos currículos que endossam o saber-poder biopolítico no âmbito da heterossexualidade compulsória.

Para Foucault (1987) x corp x é uma realidade biopolítica e tratando-se de um período ditatorial, fica evidente a intencionalidade do estado em usufruir desse biopoder para executar novas formas de disciplina, vigilância e controle sob a população.

[...] o corpo deixa de ser uma experiência valorizada na dimensão individual, singular, para se tornar um objeto de intervenção das relações de saber/poder. Corpos disciplinados, medicalizados, cada vez mais adequados ao estado, ao controle, a governabilidade dos indivíduos e do social. Nesse contexto emergia as ideias do que deveria ser corpos saudáveis, normais,

²⁸ “Estes métodos foram sistematizações criadas por médicos, pedagogos ou militares que tentavam organizar a prática das atividades físicas” (FIORIN, 2002 in DODÔ; REIS, 2014).

belos atléticos, patrióticos, enfim corpos que afirmam o modelo e amoral burguesa, o triunfo da sociedade capitalista, da técnica, da razão e das ciências. Corpos brancos, europeus e heterossexuais que garantissem a reprodução da espécie e consequentemente a reprodução do capital (RODRIGUES; DALLAPICULA; FERREIRA, 2015, p. 210).

Nossos objetivos são esmiunçar as heranças do período ditatorial, muitas escondidas para não revelarem as atrocidades sofridas por sujeitxs subalternizados, vistos como marginais e/ou desviantes. Pois, princípios da instituição familiar conservadora (a popular família tradicional) definia/define o homem como centro de poder e decisão, deixando para a mulher o lugar de submissa e xs LGBTQIA+ na condição de doentes/desviantes/aberrações/abjetos. Obedecendo esses modelos de comportamentos xs sujeitxs são restringidos de suas subjetividades, causando uma crise identitária continua e constante que estimula os mesmos a se esconderem “atrás de mascaras” e/ou “dentro dos armários”. A construção do ego masculino estrutura-se por meio de uma violência internalizada e naturalizada perante as relações de poder.

142

A associação entre capitalismo e masculinidade é evidenciada em inúmeras argumentações e para alguns a estrutura do mercado anda de mãos dadas com o masculinismo. [...] Na civilização burguesa, a violência propõe-se como racionalidade econômica, enquanto alguns de nós somos transformados em extensões de máquinas e outros têm seus cérebros destacados de seus corpos, através do processo de especialização típico do capitalismo. Nossas cidades e nosso cotidiano são formas institucionalizadas de violência codificada em estruturas físicas e relações sócio-econômicas determinadas. A violência de nossa ordem social nutre uma psicologia da violência, que por sua vez reforça as estruturas social, econômica e política da violência (OLIVEIRA, 1998, p.8).

Fundamentado por códigos sociais, culturais, políticos e religiosos o militarismo cultuou à beleza e à estética dx corpdx, direcionadas para o rendimento esportivo e a alta performance dos/as atletas. Esses aspectos doutrinários eram indispensáveis ao alicerce sociocultural da sociedade que objetivava alcançar a perfeição. É a saga de um sistema biopolítico que se desenrola através das contradições, das mentiras, das opressões de

gênero/sexualidade-raça-classe em detrimento do lucro e acúmulo de riquezas. Os marcadores sociais de desigualdades definem: quem sim e quem não; o que é bonito e feio; o superior e o inferior; o proibido e o liberado; o que manda/administra (patrão/chefe) e o que obedece/executa (empregado/subordinado); As pessoas consideradas humanas e os corpos abjetos.

Criticamos a (im)posição da masculinidade compulsória e tóxica, que preza pela construção de homens fortes, viris, violentos e competitivos. Defendemos que não existe discurso neutro, todo sujeito incorpora dimensões político-ideológicas e socioculturais que compõem as esferas das subjetividades, toda expressão de linguagem possui uma bagagem teórica e por isso podemos dizer que o

[...] desenvolvimento do esporte teve como foco central, anestesiar as consciências dos indivíduos e tirá-los definitivamente da discussão política, sendo que muitos deles utilizaram a leitura do uso do esporte como meio para alienação da juventude brasileira. Um exemplo bem claro disso foi à reforma universitária de 1968, quando a Educação Física foi utilizada como um meio de se anular o movimento estudantil. A ideia era fazer com que o estudante, cansado devido ao enquadramento em uma prática esportiva, não tivesse disposição para entrar na política (JUNIOR, 2011, p. 10).

Instigada pelo espírito nacionalista do desempenho e produtividade, essa fase ficou conhecida como a era competitivista, onde Professores/técnicos treinavam os alunos/atletas. O investimento nas competições esportivas de alto nível buscava fazer da Educação Física “um sustentáculo ideológico” (JUNIOR, 2011), utilizando os espetáculos para distração da realidade política, para eliminar as críticas ao governo militar e deixar transparecer um clima de prosperidade e desenvolvimento, desmantelando as mobilizações populares e desorganizando os movimentos sociais críticos-combativos.

Diante das concepções apontada, os profissionais deveriam preocupar-se apenas com a forma e nunca com a função, mais importante era o mestre possuir excelente hipertrofia muscular e ter muita habilidade e agilidade no manejo de aparelhos. A esportivização é “[...] marcada pela ideia de uma Educação Física que seria capaz de transformar o Brasil em uma

potência olímpica” (JUNIOR, 2011 p. 3), e as pesquisas atreladas às ciências biológicas/exatas agregavam conhecimento para o desenvolvimento do desporto nacional. Reafirmando a imposição das barreiras binárias de gênero nos esportes cria-se os Jogos Estudantis Brasileiros – JEBs (1ª edição: Rio de Janeiro, 1969).

1.6. Abertura política e redemocratização

Depois de 15 anos a ditadura foi “superada” parcialmente e o Brazil ingressou num processo de redemocratização, mas a rede globo de televisão monopolizou os meios de comunicação usufruindo de uma “pedagogia da despolitização” e da indústria do marketing para continuar homogeneizando a consciência das massas populares. Um conjunto de representações simbólicas com competências altamente sofisticadas para continuarem disciplinando, domesticando, vigiando, dominando e expropriando xs corpxs com novas maneiras estratégicas da política burguesa.

Com a não concretização do país em potência olímpica, a abertura democrática para realização de congressos, publicações de artigos/livros/revistas e a implantação das primeiras pós-graduações, os modelos (Eugenista, Higienista, Militarista e Esportivista, também conhecidos de mecanicista, tecnicista e competitivista) tradicionais passaram a ser criticados profundamente. Marcada pelo conservadorismo, mas também pelo surgimento de movimentos crítico-renovadores e almejando desaprisionar-se dos paradigmas cientificistas ligados ao positivismo a Educação Física entra numa “crise de identidade”, dando pontapé para várias/novas teorias pedagógicas (Psicomotricidade, Saúde Renovada, Desenvolvimentista, Construtivista-interacionista, Histórico-crítica, Crítica emancipatória, PCN’s etc.).

Entre os anos de 2007 e 2016 aconteceram uma série de espetáculos esportivos, ficando conhecida como a “década de ouro” do esporte no Brazil. É um período recente de nossa história marcada por grandes impactos negativos e quase poucos positivos, causados

pela realização dos megaeventos²⁹. Os eventos mencionados fizeram parte de uma agenda internacional de legitimação dos esportes hegemônicos e de alto rendimento que coloca a economia acima da vida, impactando drasticamente a realidade do povo brasileiro, sem garantir o mínimo dos princípios que regem os Direitos Humanos.

Estes megaeventos realizados na condição de Políticas Públicas de Esporte e Lazer objetivam a manipulação das massas por meio do entretenimento?! Na verdade, para pessoas LGBTQIA+ e outros públicos das margens, só trouxeram/deixaram negados³⁰, criando uma falsa imagem de nação unida e desenvolvida, mas verdade não se preocupam de fato com o investimento em políticas públicas que propiciem acesso aos esportes em áreas de lazer gratuitas e outros direitos básicos para a vida. É necessário nos questionarmos: Quais impactos positivos os espetáculos esportivos deixaram para a sociedade brasileira? A positividade propagandeada com a vinda dos megaeventos foi cumprida? Cadê os investimentos e garantias dos Direitos Humanos que estavam nas propostas dos projetos e propagandas na época da disputa para sediar os megaeventos?

Os esportes são fenômenos atravessados pelas contradições que o sistema biopolítico de funcionamento da sociedade lhes impõe. Na perspectiva biologizada x corpx é um complexo constitutivo de microestruturas celulares que provocam reações físico-químicas e fazem funcionar a “máquina humana”. Sendo assim, as múltiplas determinações enquadram as práticas esportivas nos ideais das classes dominantes, estigmatizando sujeitxs, disciplinando comportamentos e continuando a não autorizar muitos corpxs de frequentarem espaços e realizarem determinadas práticas corporais.

²⁹ Jogos Pan e Parapan-Americanos (ODEPA, 2007); Jogos Mundiais Militares (CISM, 2011); Copa das Confederações (FIFA, 2013); Copa do Mundo (FIFA, 2014); Olimpíadas e Paraolimpíadas (COI, 2016); Copa(s) América(s) (CONMEBOL, 2019 - 2021).

³⁰ Termo adotado pelo Movimento Estudantil de Educação Física – MEEF para metaforizar os ditos “legados”. Apontamos ainda mais legados/negados: Privatização de espaços culturais e de aeroportos; Aumento nas tarifas de transportes públicos; Corte/desvio de verbas da Educação, cultura e saúde pública; Superfaturamento de grandes empreiteiras; Precarização e sucateamento das Escolas/Universidades, ginásios poliesportivos, praças e hospitais; Desocupação/expulsão agressiva em áreas que moravam famílias em vulnerabilidade social para a construção de equipamentos (os famosos elefantes brancos); O mito da pacificação das favelas (UPPs). “Com todo esse circo montado, é engraçado notar que quem financia tudo fica do lado de fora, sem poder entrar na festa” (ExNEEF, 2012, p. 240).

A função dos estudos *queer* na *Crítica Cultural* é indagar como alguns comportamentos passaram a ser entendidos como “estranhos” e ressignificar os lugares de estranhamentos, tornando-os possíveis e prováveis. Partindo dessa perspectiva conseguiremos escancarar os problemas e nossas críticas à mercadorização dos esportes em detrimento do seu caráter lúdico e de transformação social, mostrando que os interesses ultrapassam as “quatro linhas”, alienando a população com a lógica das políticas de “pão e circo”, tornando a maior parte da população em expectadores e consumidores dos subprodutos fetichizados das marcas da indústria desportiva – componente expressivo da política imperialista.

2. UM GUIADO DE CONSIDERAÇÕES

Ailton Krenak (2019) questiona-nos: “Somos mesmo uma humanidade?” O autor chama atenção para necessidade de entendermos como construímos ao longo do tempo a concepção de humanização, buscando compreender como a perpetuação de “verdades absolutas” e violências direcionadas à corpxs dissidentes consolidam-se nos processos de civilização, pautadas no discurso do desenvolvimento e do progresso.

Retornamos a Louro (2008) para afirmar que a ignorância “é planejada como resíduo do conhecimento”, pois os livros didáticos omitem a invasão do território e coloca este episódio degradante na condição de descobrimento, como se a chegada dos europeus ao Brazyl aconteceu por acidente geográfico, erro de percurso ou desvio de rota. Acreditamos que após a invasão do território Pindorama entra em curso um processo de deseducação e extermínio, forjados pela catequização.

Para Foucault (1987) o saber-poder cria redes de instituições realizando controle/segregação/hierarquização/exclusão, mantendo sempre a estrutura-censura do sistema biopolítico que marginaliza corpxs desviantes dos padrões hegemônicos. Ele interpreta os discursos como práticas descontínuas que se cruzam, se ignoram e/ou se excluem, por isso, estando sempre em movimento as representações são reclassificadas envolvendo outros discursos e consequentemente novas narrativas interseccionadas pelas

multiplicidades da diversidade cultural inesgotável. Esta síntese expõe também a interpretação que Butler (2003 e 2019) faz sobre o pré-discurso e a narrativa da performatividade de gênero designada pela diferença sexual (PRECIADO, 2014).

Observamos períodos históricos da Educação do/pelo corpx na busca incessante pelo não-dito/silenciado/apagado, questionando verdades disseminadas como absolutas e propondo o entendimento de que nossxs corpxs passam por ressignificações ao longo do tempo. Por isso, pensar nas diferenças como potências diversas de (re)existência é cercear a inversão da lógica excludente que tem na diversidade seus estranhamentos, levando-nos a reinterpretar a Educação Física com “outros olhos”, fugindo da leitura dominante e reescrevendo suas narrativas, bem como reafirmando o incansável engajamento nas lutas pela superação desse estado de coisas.

Por estas e outras nos colocamos contrário à história do Brazil contatada na versão dos invasores (que tal se voltássemos a ser pindoramenses e viver na terra sem pecado?) e defendemos a necessidade dxs Professorxs de Educação Física apropriarem-se profundamente da Cultura Corporal, para que de maneira crítica-combativa proponham atravessamentos teóricos-políticos e práxis descolonizadoras que fissurem o cotidiano e escancare as portas dos armários para xs LGBTQIA+.

Considerando que os discursos fabricam corpxs e definindo-os preconceituosamente, propomos uma teoria crítica-subversiva, para pensar o que é proibido, estranhar, desconfiar, desconcentrar, transtornar, passar dos limites, abusar das possibilidades e produzir diferenças escapando de enquadramentos Louro (2008). Ao propor uma contra hegemonia educacional a autora indica o atravessamento das fronteiras, utilizando os próprios obstáculos enquanto veículos para ressignificação. Práticas desconstrutivas, desnormalizantes e (trans)tornadoras fissuram o sistema bioplítico criticado pelos estudos *queer*, e talvez, esta seria uma das maneiras da sociedade compreender que “antes do Brasil da coroa existe o Brasil do cocar” (Célia Xakriaba).

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Luís Rogério. **Constituição histórica da Educação Física no Brasil e os processos da formação profissional**. Paraná: PUC, 2009.

BARBOSA, José Heleno. **Escola normal de São Paulo (1846) - Um Pioneirismo na Educação da Cidade de São Paulo**. USP: São Paulo, 2013.

BACELAR, Jonildo. **Os nomes da terra que chamamos de Brasil**. Disponível em <<https://www.historia-brasil.com/nomes-brasil.htm>> Acesso: 27/02/2021.

BOLOGNESI, Luiz. **Doc. Guerras do Brasil**. Ep 1, 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=VeMISgnVDZ4>> Acesso 05/11/2021.

BRASIL, LDB - Lei nº 9394/96. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL, PCNs. **Estabelece os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

148

BUTLER, Judith. **CORPOS QUE IMPORTAM – os limites discursivos do sexo**. Tradução de Verônica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: n-1 edições, 2019.

CARVALHO, Vinícius Lucas. **A defesa da família tem sabor de margarina**. Revista Grau Zero/Pós-Crítica, UNEB II. Alagoinhas, 2021.

COSTA, Marcelo (KRAHÔ). **TERRA sem PECADO**. 2020. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=BUuqAd-Gq8w>> Acesso: 15/02/2021.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

DODÔ, Aline Menezes; REIS, Lorena Nabanete. **Século XIX e o Movimento Ginástico Europeu: o processo de sistematização da ginástica**. EFDeportes.com, Revista Digital: Buenos Aires, 2014.

ExNEEF, Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física. **Cadernos de Debates**. 1994 – 2018. Disponível em <bit.ly/cadexneef>. Acesso 07/11/2021.

FERNANDES, Estevam Rafael. **Decolonizando sexualidades: Enquadramentos coloniais e homossexualidade indígena no Brasil e nos Estados Unidos**. Brasília, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **História da sexualidade I: a vontade do saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GONÇALVES, Paulo Cesar da Silva. **Capoeira e seus mitos fundadores: Dá a volta ao mundo, camará**. FAGED/UFBA: Grupo corpo, 2022. Disponível em: <<https://gcorpo.wordpress.com/2022/02/21/capoeira-e-seus-mitos-fundadores-da-a-volta-ao-mundo-camara/>>. Acesso 06/03/2022.

JÚNIOR, Arnaldo Elói Benvegnú. **Educação Física Escolar no Brasil e Seus Resquícios Históricos**. Jundiaí/SP, 2011.

KILOMBA, Grada (1968). **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. 1ª ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

149

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Schwarcz, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

LIMA, Carmen Lúcia Silva. FERNANDES, Estevão R. “Existe índio gay?”: a colonização das sexualidades indígenas no Brasil. Resenha - Anuário Antropológico volume 44, n.2, 2019.

OLIVEIRA, Pedro Paulo. **Discursos sobre a masculinidade**. Vol. 6 Rio de Janeiro: FCS/UFRJ, 1998.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrasexual: práticas subversivas de identidade sexual**. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.

RAMOS, Fabricio Addêo. **Diversidade & inclusão no esporte: estudo sobre as conquistas e os desafios da comunidade LGBTQIA+ no Brasil**. Nix diversidade e economia social. São Paulo, 2022.

RODRIGUES, Alessandro; DALLAPICULA, Catarina; FERREIRA, Sérgio Rodrigues da S. **Transposições: Lugares e fronteiras em sexualidade e educação.** Dados eletrônicos. Vitória: EDUEFS, 2015.

SANTIAGO, Ana Rita. **(Re)existências e o devir revolucionário na literatura negro-feminina.** Fólio - Revista de Letras. Vitória da conquista, 2018.

SOARES, Carmem Lúcia. **Imagens da educação no Corpo: estudo a partir da ginástica francesa do século XIX.** 3.ed. Campinas- SP, 2005.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **A epistemologia do armário.** Cadernos pagu, 2007.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2015.

Submetido: 28/01/2023

Aprovado: 01/08/2023

150